

Recensão

A candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas

JOÃO QUINTELA PAIXÃO

Diplomata

Director-Geral de Política Externa

Portugal foi, em 21 de Outubro de 1996, eleito Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (csnu).

A repercussão que o acontecimento teve e a continuada actualidade e importância do mesmo justificam por si só uma análise mais detalhada do processo que conduziu a uma importante vitória político-diplomática de Portugal.

Nestas páginas, descrever-se-á a génese da candidatura portuguesa, os vectores fundamentais que nortearam a estratégia e desenvolvimento da respectiva campanha, assim como os argumentos utilizados para persuadir os Estados-membros das Nações Unidas a votarem na candidatura nacional. Retirar-se-ão, por último, algumas ilações da vitória conseguida. Poderá, no entanto, e desde já, afirmar-se que um dos principais méritos da campanha foi o de ela ter permitido confirmar a razão de ser de algumas linhas de força que desde há muito se encontram na base da política externa portuguesa e a de oferecer novas pistas de reflexão e talvez de actuação para o futuro da diplomacia portuguesa.

Génese da candidatura

Em 1989 o Governo, no âmbito de uma estratégia de progressiva afirmação e valorização do papel de Portugal no plano multilateral e no âmbito das Organizações Internacionais, decidiu apresentar a candidatura do nosso país a um dos dois lugares de Membros Não-Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, atribuídos ao Grupo Ocidental e de Outros Estados (weog) para o biénio 1997/1998. A realização das eleições estava prevista para Outubro/Novembro de 1996, no decurso da 51.ª Assembleia Geral das Nações Unidas (agnu).

Com o fim da Guerra Fria tinha-se tornado patente que a diplomacia multilateral em geral e as Organizações Internacionais em particular iriam assumir um alto grau de importância e envolvimento na área externa. No quadro das Organizações Internacionais, as Nações Unidas conheceram após a queda do Muro de Berlim um período de revitalização sem paralelo na sua história. Expressão mais marcante dessa revitalização foi o novo fulgor e dinamismo do Conselho de Segurança, que passou a exercer plenamente a função para que tinha sido desde sempre destinado, ou seja, a de principal alavanca internacional impulsionadora de respostas às crises emergentes. A validade da aposta portuguesa em integrar aquele importante «fórum» encontrava, assim, plena justificação nas características do novo sistema internacional. Registava-se ainda a circunstância de Portugal só ter participado uma única vez no csnu, no biénio 1979/1980. Portugal foi então saudado como uma jovem democracia, num contexto internacional completamente diverso, dominado ainda pela lógica bipolar da Guerra Fria.

Com uma antecedência de sete anos, Portugal foi o primeiro país do grupo regional em que se inscreve, o weog, a apresentar a candidatura ao csnu para o biénio 1997/1998. Foi estabelecido um objectivo a prazo optando-se por um planeamento estratégico decorrente de uma lógica que provou ser certa: a de que estariam reunidas as condições para que legitimamente Portugal viesse a exercer de novo um mandato no csnu.

Em 1992, a Turquia apresentou também a sua candidatura. Seguiram-se-lhe a Austrália em 1993 e, finalmente, a Suécia em meados de 1994. Posteriormente, em Junho de 1995, a Turquia viria a retirar-se, ficando deste modo três candidatos para duas vagas. Portugal iria, assim, enfrentar dois poderosos adversários, a Austrália e a Suécia. Valerá a pena analisar, ainda que de forma sumária, o perfil dos nossos concorrentes.

A Austrália havia já servido no csnu por quatro vezes (1946/1947, 1956/1957, 1973/1974 e 1985/1986), concorrendo, portanto, para um quinto mandato. Logo à partida contava a seu favor com uma campanha activa do Grupo canz que, para além de si própria, integra o Canadá e a Nova Zelândia, bem como, com o apoio da maioria dos países membros da Commonwealth, composta por 53 Estados. Da mesma forma, considerável número de países do continente asiático e da região Ásia-Pacífico, a que se juntavam alguns países latino-americanos, em particular aqueles que virados para o Pacífico estão interessados na apec, tendiam a favorecer a candidatura australiana.

Por sua vez, a Suécia, país com fortes tradições no sistema das Nações Unidas, contava, desde logo, com a solidariedade activa dos Estados nórdicos e bálticos. Ao mesmo tempo, pelo facto de ser um dos maiores doadores de fundos para a ajuda ao desenvolvimento, quer a nível bilateral, quer no plano multilateral, contava com a simpatia senão mesmo com o apoio declarado de numerosos países em desenvolvimento, nomeadamente do continente africano e da região da América Latina. A Suécia apostava também num apoio importante dos países da Europa Central e de Leste. Enfim, a adesão à União Europeia em Janeiro de 1995 representou um factor de projecção acrescida. Os antecedentes da candidatura sueca colocavam-na numa situação particular. Concorria a um terceiro mandato, depois de ter servido no csnu em 1957/1958 e em 1975/1976. Em 1992, a Suécia havia perdido as eleições para a Espanha, à primeira volta, e para a Nova Zelândia, no terceiro escrutínio. Em 1994, viu-se obrigada a retirar a sua candidatura quando competia com a Alemanha e com a Itália. Como consequência, os suecos encontravam-se sob enorme pressão política interna para alcançar uma vitória. Basta recordar que a eleição para o csnu foi inscrito no programa do Governo sueco.

As campanhas da Austrália e da Suécia decorreram em ritmo intensíssimo e, especialmente no que respeita à Austrália, com grande visibilidade. Ambos os países não pouparam esforços na deslocação de enviados especiais e de membros dos respectivos governos a todas as regiões do Mundo. Constitui, aliás, traço comum às duas campanhas o envolvimento permanente, nas respectivas promoções, de políticos de ambos os países. Tanto um país como o outro dispõem de recursos materiais e humanos poderosos, de alargadas e prestigiadas redes diplomáticas, áreas de influência bem estabelecidas, alto perfil na cena internacional e níveis elevados de ajuda ao desenvolvimento.

Se, já à partida, a tarefa de Portugal se apresentava complicada pelo facto de ter que concorrer com dois países importantes na cena internacional, ela veio a tornar-se ainda mais árdua com o anúncio, em 1 de Novembro de 1994, da formação de uma «coligação» entre os governos australiano e sueco para apoio mútuo das duas candidaturas ao csnu. Em termos gerais, tal «coligação» assentava numa coordenação activa das campanhas dos

dois países no sentido de promoverem as suas candidaturas nas respectivas áreas de influência. Por essa via, a Austrália tentava compensar a sua reduzida presença e influência em grande parte do continente africano, ou a sua menor intervenção na Europa Ocidental, Central e Oriental, enquanto que a Suécia procurava ganhar espaço no Sudoeste Asiático e nas Caraíbas. À Austrália interessava ainda sobremaneira quebrar a solidariedade entre os países do Grupo Ocidental.

Tal tipo de aliança, nunca antes registada entre países candidatos ao csnu, equivalia a um autêntico «double-ticket» eleitoral. Contudo, se esse «double-ticket» se apresentou, à partida, como elemento desfavorável para Portugal, ele veio afinal a revelar-se, no decurso da campanha, como factor que trouxe maiores desvantagens do que benefícios às candidaturas dos nossos concorrentes. De facto, a coligação de dois Estados poderosos contra um país de menor dimensão foi recebida, praticamente desde o início, com reserva e desconfiança pela maioria dos membros da onu que depressa viram nela perigoso precedente na medida em que se traduzia numa limitação da opção do direito de voto de cada Estado. Através de uma argumentação hábil e eficaz, foi-nos possível desmontar a lógica que havia presidido à formação dessa «coligação» e pôr a nu o seu carácter redutor em detrimento dos objectivos expressos na Carta das Nações Unidas. O «mito» da invencibilidade da dupla Austrália-Suécia veio assim a esbater-se progressivamente, aliás como viriam a cair outros «mitos» que, entretanto, foram surgindo ao longo da campanha.

Fundamentação da candidatura e argumentos utilizados

A formulação da candidatura portuguesa assentou numa fundamentação política simples mas sólida que procurou traduzir uma concepção realista do que é o papel de Portugal no Mundo. Fundamentação positiva definindo méritos próprios e mantendo com coerente persistência e seriedade uma estratégia de persuasão eficaz no plano diplomático.

Poderão dividir-se em duas categorias os argumentos que nortearam a candidatura portuguesa: genéricos e específicos.

No capítulo dos argumentos de natureza genérica procurou-se, ao longo da campanha, sublinhar as seguintes ideias-força:

- Portugal, habituado há mais de cinco séculos a contactar com todas as regiões do mundo é, inequivocamente, um país de vocação universalista;
- Têm sido constantes da política externa portuguesa uma postura e imagem de moderação, uma permanente disponibilidade e acessibilidade e uma saudável avaliação da projecção nacional no plano externo, factos que somados acentuavam a natureza independente da candidatura portuguesa; e,
- Defesa convicta e constante do direito e da obrigação dos Estados mais pequenos se fazerem representar no csnu com maior periodicidade, com base no princípio de uma mais ampla representação e rotatividade.

A este propósito foi, repetidamente, salientado o facto de que entre os 185 Estados-membros da onu, 80 nunca terem servido no csnu e 49 só terem estado ali representados uma única vez. Ao invés, um grupo de 56 países estivera já por duas ou mais vezes no csnu, o que espelha bem o carácter tendencialmente «aristocrático» daquele órgão, no qual um conjunto de médias e grandes potências detêm um estatuto que poderá

caracterizar-se de membros quase semipermanentes. Pugnando por uma maior «democraticidade» do csnu, Portugal procurava deste modo inverter aquela tendência, através da defesa da necessidade de se assegurar o princípio da rotatividade. O argumento da rotatividade, combinado com o facto de só termos estado uma única vez no csnu, foi sendo acolhido de forma extremamente positiva por crescente número de países.

Entre os argumentos de natureza específica, que dizem respeito ao nosso envolvimento e contribuição para o sistema das Nações Unidas, destacam-se os seguintes:

- Participação crescente de Portugal em Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas, que o colocava, em Outubro de 1996, na 26.a posição do «ranking» dos países contribuintes com forças para a onu. A Suécia ocupava a 32.a posição e a Austrália o 49.o posto. É importante frisar que, de acordo com o artigo xxiii, n.o 1, da Carta, a contribuição de um país para a manutenção da paz e segurança internacionais constitui um dos principais critérios para a eleição dos Membros Não-Permanentes do Conselho de Segurança. Neste domínio sublinhou-se sempre com insistência a participação de Portugal na ifor na Bósnia, com um contingente militar de cerca de mil efectivos; e,
- Por outro lado, o aumento voluntário da contribuição financeira de Portugal para as Nações Unidas – designadamente a mudança do Grupo C para o Grupo B da escala de contribuições para o orçamento das Operações de Paz – foi realçado como traduzindo o nosso empenho no futuro da Organização, num momento em que ela se confrontava com uma grave crise financeira.

Para além destes argumentos, Portugal dispunha ainda de um trunfo importante para projectar a sua candidatura e que derivava do facto de pertencer a várias organizações internacionais de relevo. A qualidade de membro da União Europeia, a participação na nato, na ueo, na osce e no Conselho da Europa demonstrou que a política externa de um país da dimensão de Portugal só pode ser potenciada, e não limitada, pelo facto de pertencer a um vasto conjunto de Organizações Internacionais.

No decurso da campanha portuguesa alguns factos corroboraram plenamente esta ideia. Na verdade, fomos testemunhas do significativo interesse manifestado, por exemplo, pelos pequenos Estados insulares do Pacífico e por muitos das Caraíbas (áreas onde o nosso país tem tido uma presença diplomática diluída), pelo facto de Portugal ser membro da União Europeia e, nesse contexto, também parceiro na Convenção de Lomé, instrumento de cooperação da maior importância para aqueles países. No contexto da referida Convenção, é conhecido que Portugal frequentemente apoia as pretensões daqueles países nas negociações de vários «dossiers» específicos, circunstância que nunca se deixou de sublinhar. Por outro lado, o facto do Comissário João de Deus Pinheiro (aliás, que enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros decidiu a apresentação da candidatura portuguesa), responsável pelo pelouro acp, ser um nacional, veio igualmente constituir factor de prestígio para Portugal junto daqueles países.

Na mesma ordem de ideias, Portugal fez ainda valer sempre a sua qualidade de membro da família latino-americana e, a partir de Junho de 1996, a de ser membro da cplp.

O caso dos países da Europa Central e Oriental não deixou também de ser paradigmático, uma vez que a prioridade da política externa daqueles Estados se tem vindo a traduzir no desejo de adesão ou progressiva aproximação às instituições europeias e ocidentais de que Portugal é parte, nomeadamente a União Europeia, a nato e a ueo. Encontrávamo-

nos, assim, numa posição favorável para podermos mais facilmente obter os votos daqueles países. O mesmo se poderá dizer em relação, a certos Estados-membros da ceii. Em suma, poderá afirmar-se com toda a segurança que a capacidade de Portugal para projectar os seus interesses nacionais na quadro externo seria sempre mais reduzida se não dispusesse da mais valia e credibilidade resultantes da participação activa nessas Organizações.

Estratégia da campanha e ofensiva diplomática portuguesa

Uma estratégia de candidatura terá sempre de partir, como é evidente, do conhecimento exacto da natureza e mecanismos que regem as respectivas eleições. As Nações Unidas têm actualmente 185 Estados, sendo necessários dois terços dos votos, ou seja 121 apoios, para se conseguir um lugar no csnu. Qualquer país que disputa um lugar destes sabe que se trata em termos de números de votos de uma prova de enorme exigência.

Aplica-se o princípio de «um Estado um voto», o que significa que o apoio de um pequeno país como o Palau tem o mesmo peso, pelo menos em termos formais, que o voto de uma grande potência como os Estados Unidos. Desta circunstância resulta que cada país ou área geográfica deve, por si só, ser objecto de atenção e considerado como interlocutor na estratégia delineada e nas diligências a realizar. Assim, para além dos argumentos genéricos e específicos já mencionados, foram traçados modelos de actuação adaptados a cada região e, sempre que possível, ou necessário, adequados individualmente a muitos dos Estados-membros da onu.

Outra questão que merece ser analisada é a de como se obtém o voto de um país. As fórmulas possíveis são obviamente múltiplas, indo desde as que decorrem da solidez e peso do relacionamento bilateral entre dois Estados, à sua inserção nos mesmos agrupamentos regionais ou à prossecução de interesses estratégicos semelhantes. O voto poderá também resultar dos méritos próprios de cada candidatura, da relevância dos argumentos utilizados e/ou da implementação de uma estratégia eficaz. As trocas com outras candidaturas, as promessas de apoio para objectivos de política externa de outros países, o volume da ajuda económica e os laços especiais de solidariedade política são ainda factores que poderão revelar-se decisivos. Mas um voto pode ser ainda conquistado por erro ou negligência de um dos concorrentes, existindo também obviamente formas menos ortodoxas que alguns utilizam para aliciar um país. A existência de antigas relações de amizade ou alianças é outro argumento normalmente invocado nestas ocasiões, mas a experiência demonstra que os Estados de uma forma geral colocam os seus interesses à frente de considerações de ordem moral ou afectiva. Seja como for, deverá salientar-se que, dada a natureza secreta do voto, existe sempre uma margem de considerável incerteza quanto ao verdadeiro número de apoios que uma candidatura realmente dispõe.

A implementação da estratégia da campanha fez-se de uma forma sistemática, metódica, empenhada e em várias frentes mas, em contraste com os nossos concorrentes, sempre num quadro de grande discrição e de aparente tranquilidade. Procurou-se, desde o início e, até onde foi possível, evitar a descolagem ou o destaque de qualquer um deles por forma a manter um espaço tão alargado quanto possível das nossas possibilidades de eleição. Conduziu-se ainda o processo através de uma lógica de crescente intensidade privilegiando contactos múltiplos a vários níveis o que ia permitindo revelar a solidez, a credibilidade e o empenho do projecto português. Esta forma de condução, feita sem

hesitações ou desfalecimentos, permitiu que a campanha adquirisse, na sua fase final, uma dinâmica ganhadora sustentada.

Neste contexto, a nossa Missão Permanente junto das Nações Unidas em Nova Iorque constituiu um pólo fundamental do processo da candidatura portuguesa ao csnu. A sua acção situou-se de facto na verdadeira linha da frente da batalha que a diplomacia portuguesa se tinha disposto a travar. Ao longo de mais de dois anos foi ali realizado um trabalho diplomático incessante, com diligências diárias e múltiplas junto de todas as Missões Permanentes, o que ia permitindo aferir, numa base quotidiana, os resultados das diligências feitas nas capitais e vice-versa. O Representante Permanente de Portugal, o Embaixador Pedro Catarino, foi realizando, de forma sagaz, sistemática, incansável, entusiástica e mobilizadora, todo um importantíssimo trabalho de sensibilização, junto de praticamente todos os seus colegas Representantes Permanentes, os quais têm, em geral, um papel muito influente na opção de voto, não só pelo peso que normalmente desfrutam junto das suas capitais, mas também pelo facto de estas deixarem frequentemente às suas Missões em Nova Iorque liberdade de avaliação e de opção de voto.

Em Junho de 1994, foram determinadas pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso, diligências em todas as capitais onde temos Embaixadas e, simultaneamente, enviada pela Missão em Nova Iorque uma circular, a todas as Representações Permanentes dos Estados-membros da onu.

No entanto, a campanha só viria realmente a arrancar em Novembro de 1994, quando o Ministro determinou um vasto leque de acções a desenvolver.

Assim, foi desencadeada uma vasta e abrangente acção de promoção que envolveu a deslocação de Embaixadores Não-Residentes e de Enviados Especiais a cerca de 120 capitais, nomeadamente de países com os quais só esporadicamente mantínhamos contactos. Nestas deslocações (que se prolongaram até ao final de Setembro de 1995), os Embaixadores e os Enviados Especiais foram portadores de cartas do Ministro contendo os principais argumentos que fundamentavam a nossa candidatura.

Por outro lado, e na mesma altura, foi decidido que o pedido de apoio à candidatura passasse a figurar invariavelmente como um dos temas das agendas das visitas ao estrangeiro do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Secretários de Estado, e nas agendas das visitas dos respectivos homólogos a Lisboa.

Simultaneamente foi também decidido tirar-se partido de todas as grandes reuniões ou conferências internacionais para se promover a candidatura portuguesa. Tais reuniões constituem normalmente palco privilegiado para o estabelecimento de contactos, porque nelas participa um número considerável de Estados representados a alto nível. Em muitas delas Portugal fez-se representar a nível político, ou pelo Ministro ou pelos Secretários de Estado de então, Briosa e Gala e Victor Martins, respectivamente Secretário de Estado da Cooperação e Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Foram realizadas intensas diligências nas seguintes ocasiões:

- Na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em Setembro de 1994, no Cairo;
- Na Cimeira Ibero-Americana de Cartagena, em Outubro de 1994;
- Na sessão de Novembro de 1994 do Conselho de Ministros do Conselho da Europa; e,
- Na Cimeira da csce em Dezembro de 1994, em Budapeste.

Tais diligências prosseguiriam no ano de 1995:

- No Grupo do Rio e na Conferência de S. José, em Março de 1995;
- Na Ministerial da Primavera do Conselho da Europa;
- Na Assembleia Geral da oea, no Haiti, em Junho de 1995;
- Na Cimeira da oua de Adis-Abeba, em Junho de 1995;
- Na Cimeira dos Países do Movimento dos Não-Alinhados de Cartagena, em Outubro de 1995;
- Na Cimeira Ibero-Americana, de Outubro de 1995, em Bariloche;
- Na Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona, em Novembro de 1995;
- Na Conferência acp's/ue nas Maurícias, em Novembro de 1995;
- Na Reunião Ministerial do Cariforum/ue, de Port of Spain, em Novembro de 1995;
- Nas grandes Conferências das nu's em Copenhaga, em Abril de 1995, e Pequim, em Setembro do mesmo ano; e,
- Na Ministerial da csce, em 1994, e da osce, em Dezembro de 1995 em Budapeste.

Nos períodos do Debate Geral das 49.a e 50.a Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, a candidatura foi tema, tanto das intervenções do Ministro Durão Barroso, como dos encontros bilaterais que ali teve nessas ocasiões. O Presidente da República, Mário Soares, abordou também a questão com os seus homólogos, à margem da Sessão Especial comemorativa do 50.o Aniversário das Nações Unidas.

Em Dezembro de 1995, a candidatura de Portugal contava com 32 apoios escritos, 40 promessas verbais, 50 disposições favoráveis. Verificavam-se, por outro lado, 42 atitudes inconclusivas e 21 não apoios. A menos de um ano da eleição encontrávamo-nos, ainda, a considerável distância dos 121 votos necessários. Tornava-se, por conseguinte, imperativo intensificar o ritmo da campanha nos seus múltiplos vectores.

Ajudava-nos a circunstância de nessa altura se possuir já uma ideia mais precisa das áreas onde havíamos já conseguido uma posição mais confortável e daquelas em que a nossa presença se mantinha reduzida. Conhecíamos já com algum detalhe a estratégia seguida pelos nossos adversários. Encorajava-nos o facto do número de votos potencialmente disponíveis ser ainda nessa altura considerável, uma vez que muitos países procuravam não assumir compromissos prematuros, por forma a rentabilizarem num momento posterior as suas posições, face à intensidade das campanhas dos três candidatos. Encorajava-nos, sobretudo, a indicação de que nenhum dos nossos concorrentes tinha conseguido, até essa altura, destacar-se de Portugal.

Era já Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, quando se decidiu, para ter início em Janeiro de 1996, uma segunda grande ronda de diligências, que desta vez iria abranger as capitais dos 133 países que ainda não tinham tomado posição por escrito a favor ou contra a candidatura portuguesa ao csnu. Neste contexto, foram planeadas várias missões especiais às áreas geográficas onde se sentia que a presença diplomática portuguesa continuava esbatida: iriam, assim, ser visitados países com os quais nunca se tinha estabelecido qualquer contacto diplomático (por exemplo o Palau e a Samoa) ou países com os quais se tinham verificado apenas contactos muito fugazes (alguns países da cei, alguns países do Pacífico, como a Micronésia ou as Ilhas Marshall, ou ainda, países das Caraíbas como Dominica ou Santa Lúcia). No mesmo planeamento foram

ainda privilegiados grupos de países em relação aos quais existia a percepção de que necessitavam receber um sinal político mais vincado do nosso empenho em com eles reforçarmos o nosso relacionamento. Desta forma, e ao longo de todo o primeiro semestre de 1996, foram despachados Enviados Especiais do Ministro ao Médio Oriente, ao Sudeste Asiático, ao Pacífico Sul e Central, à América Central, à África Oriental e, ainda, aos Estados da ex-Jugoslávia, bem como à grande maioria dos países que fazem parte da Comunidade de Estados Independentes. Não será de mais sublinhar que para esta ronda de diligências se teve a preocupação de traçar uma estratégia específica para cada região a cobrir e, tanto quanto possível, uma estratégia individualizada para cada Estado a visitar, circunstância que exigiu um imenso esforço de preparação, tanto por parte da pequena equipa que na Secretaria de Estado tinha a responsabilidade de planear e executar a campanha, como por parte da nossa Missão em Nova Iorque. Para além da preparação de cartas do Ministro e de memorandos adequados, houve que enfrentar aspectos de natureza logística e de segurança, por vezes de grande complexidade. Igualmente, e no mesmo período de tempo, continuou a tirar-se o máximo partido de reuniões internacionais para promover a candidatura, como sucedeu nas seguintes ocasiões:

- Na reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros do Caricom, que se realizou na Jamaica em Maio de 1996;
 - Na Conferência Habitat II, Istambul, Junho de 1996;
 - Na Assembleia Geral da oea, Washington, Junho de 1996;
 - Na Reunião do Conselho de Ministros ue/acp, Samoa, Junho de 1996;
 - Na reunião do South Pacific Forum, nas Ilhas Marshall, em Agosto/Setembro de 1996;
- e,
- Porém, foi a Cimeira da oea, que teve lugar em Julho de 1996, em Yaoundé, que viria a ser para Portugal e para os seus adversários um marco importante nas respectivas campanhas. Com efeito, foi nessa reunião que se assistiu a uma verdadeira «corrida para África» dos três países candidatos ao csnu, todos eles, nessa ocasião, representados a nível político. O Grupo Africano, com 53 países, é o maior grupo regional das Nações Unidas detendo, por conseguinte, um papel chave em eleições deste género. A reunião de Yaoundé constituía assim, para os três concorrentes, momento extremamente importante para tirarem conclusões sobre o posicionamento das respectivas candidaturas. Portugal, com uma delegação chefiada pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, partiu para a conferência confiante. Esta tinha lugar numa área onde se contava à partida com uma posição forte, dados os especiais vínculos que nos ligam àquele continente. A iniciativa portuguesa em sede da União Europeia da realização de uma Cimeira Europa-África e a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Julho de 1996, tinham constituído sinais inequívocos de que o continente africano se mantinha como uma prioridade clara da nossa política externa. Por outro lado, a participação de Portugal nos processos de paz de Moçambique e Angola, nos processos de independência da Namíbia e de democratização da África do Sul vinham já reforçando significativamente a nossa posição naquela região. Saiu-se de Yaoundé com a impressão de que Portugal tinha boas probabilidades de reunir apoios apreciáveis entre o Grupo Africano. Saiu-se ainda com a impressão de que o saldo

de Yaoundé fora positivo para a Suécia. Saiu-se, por último, com a certeza de que a Austrália estaria a enfrentar dificuldades.

Prospecções entretanto realizadas em Lisboa e em Nova Iorque, começavam a dar, com alguma segurança, a indicação, nesse começo do Verão de 1996, de uma tendência de descolagem da Suécia em relação às duas outras candidaturas. Era a primeira vez que tal se verificava. Havia pois que adequar rapidamente a nossa estratégia (até aí orientada no sentido de evitar a descolagem de qualquer dos nossos concorrentes) de forma a concentrar toda a pressão possível sobre a candidatura australiana e, ao mesmo tempo, conter os prejuízos que ainda certamente nos poderiam advir da vantagem conseguida pela Suécia. Teríamos, assim, que proteger firmemente o nosso campo de manobra, por um lado, obrigando os australianos a obter os votos de que ainda necessitavam tanto quanto possível à custa dos suecos e, por outro, não deixando alastrar a vantagem sueca nas áreas que nos eram mais favoráveis.

Importa neste momento recordar que os suecos, dada a circunstância de terem sido candidatos derrotados nas eleições de 1992, e de haverem desistido em 1994, se encontravam efectivamente em campanha há cerca de seis anos. Uma nova derrota poderia vir a constituir grande embaraço para o Governo sueco, senão mesmo a provocar a sua queda.

Por sua vez, a Austrália desenvolvia, desde o início, uma campanha de elevada visibilidade, com o envolvimento directo e contínuo do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, a exemplo do que já havia feito o seu predecessor, Gareth Evans. O protagonismo e perfil da Austrália na cena internacional viriam, aliás, a aumentar significativamente na própria véspera das eleições quando, no princípio de Outubro de 1996, aquele país liderou com habilidade e sucesso o processo que levou à aprovação por 121 Estados da Resolução sobre o Tratado para a Proibição Total das Experiências Nucleares (ctbt). Deste modo, e apesar de sabermos que a Austrália não tinha grande apoio em determinadas regiões, era um país, pelo menos aparentemente, com sólida reputação, popularidade e prestígio no seio das Nações Unidas.

Em finais de Agosto de 1996, e em resultado da segunda grande ronda de diligências, tinha-se conseguido aumentar para 93 os apoios (50 escritos e 43 verbais). Existiam, para além destes apoios, 33 disposições favoráveis, mas tinha-se ainda pela frente 34 inconclusivos e 24 não apoios. Entrávamos, nessa altura, na fase crucial dos últimos dois meses em que era absolutamente necessário conferir uma dinâmica ganhadora à candidatura. A 51.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que iniciava os seus trabalhos em meados de Setembro, iria constituir um dos últimos palcos da implementação da nossa estratégia.

Logo no Debate geral da referida Assembleia Geral o Ministro Jaime Gama sublinhou, em termos firmes e inequívocos, as linhas de força que estavam na base da nossa candidatura: «A candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas deve ser encarada como expressão importante da nossa vontade em continuar a participar, de forma tão plena quanto possível na dimensão multilateral do mundo de hoje. Portugal é um país de vocação universalista, habituado a contactar com muitas e diversas culturas e civilizações.

Acreditamos assim que, fazendo parte do Conselho de Segurança, poderemos contribuir para o encontro de soluções no respeito pelos princípios e objectivos estabelecidos na carta das Nações Unidas.

Acreditamos ainda que a participação no Conselho de Segurança de países com a dimensão e características das de Portugal contribuirá para um maior equilíbrio e representatividade das decisões daquele órgão.

Este princípio não tem sido observado na prática. Com efeito, entre os 185 Estados-membros da Organização 79 nunca serviram no Conselho de Segurança e 44 apenas ali participaram uma única vez, como é o caso de Portugal.

Devemos e podemos melhorar esta situação. A fim de garantir uma adequada representação dos Estados-membros no Conselho de Segurança impõe-se que não sejam colocados entraves ou criados precedentes que impeçam uma rotação salutar naquele órgão».

A terminar, o Chefe da diplomacia portuguesa diferenciou a nossa candidatura em relação à dos nossos concorrentes nos seguintes termos:

«Por estas razões a candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança fundamenta-se, desde que foi apresentada, nos seus méritos próprios, recusando qualquer recurso a alianças, coligações ou outros artificios tendentes à limitação e ao condicionamento do direito de opção dos Estados-membros da Assembleia Geral.

A candidatura portuguesa não foi lançada para defender interesses ou responder a exigências de natureza política interna, nem tão-pouco foi lançada para prosseguir ou consolidar ambições de projecção nacional no plano externo.

A política externa de Portugal é só uma. Insere-se e desenvolve-se a partir de um espaço geoestratégico bem definido. Não se sustenta na arrogância, nem no poder económico, nem se alterou por virtude desta candidatura. A política externa de Portugal assenta assim de forma consistente na sua vocação universalista de diálogo com todos os povos do mundo».

Depois desta intervenção, que pelo seu vigor, simplicidade e transparência teve inegável impacto junto de muitos Estados-membros, o Ministro permaneceu durante alguns dias em Nova Iorque para desenvolver intensíssima ronda de contactos e diligências junto de cerca de meia centena dos seus homólogos. Após o seu regresso a Lisboa, o Secretário de Estado, José Lamego, deu continuidade às diligências em Nova Iorque, encontrando-se com representantes de cerca de 40 países. Ainda na mesma altura, o Presidente da República, Jorge Sampaio, e o Primeiro-Ministro, António Guterres, enviaram cartas a alguns países relativamente aos quais se sabia que seriam os respectivos presidentes da república e primeiros-ministro a tomar a decisão final.

De salientar que, em contraste com os nossos concorrentes, a intervenção directa e visível do vector político verificou-se sobretudo no final da campanha, conferindo valor acrescentado às acções que ao longo de dois anos tinham sido consistentemente desenvolvidas pelo aparelho diplomático. Esta estratégia veio a revelar-se adequada introduzindo um novo fôlego na fase decisiva da campanha quando os outros dois países já tinham de certo modo esgotado, a nível político, quase todas as suas armas.

A duas semanas das eleições, Portugal dispunha de 109 apoios escritos e verbais, 18 disposições favoráveis, 25 inconclusivos e 29 não apoios. De acordo com novas «projecções» de apoios que nessa altura conseguimos realizar relativamente às três candidaturas, concluiu-se que Portugal tinha boas hipóteses, embora se afigurasse difícil uma eleição à primeira volta. Desde logo, era absolutamente necessário assegurar o máximo de votos numa segunda volta ou mesmo em escrutínios posteriores.

Nesse sentido, começou por se solicitar aos Estados que já haviam manifestado apoio à nossa candidatura que o mantivessem na eventualidade da realização de escrutínios subsequentes. Por outro lado, pediu-se aos países que tinham manifestado a impossibilidade de votar na candidatura portuguesa à primeira volta, e àqueles que tinham revelado uma atitude inconclusiva, que nos apoiassem numa eventual segunda volta e escrutínios subsequentes. Este trabalho foi realizado em Nova Iorque. Para o efeito, a Missão Permanente naquela cidade foi reforçada com três Embaixadores e com outros funcionários da Secretaria de Estado que, em articulação com o Representante Permanente e os restantes funcionários diplomáticos da Missão, realizaram, até ao último momento que precedeu as eleições, múltiplas diligências junto da quase totalidade dos Estados-membros da Organização.

Simultaneamente com o esforço que se desenvolvia em Nova Iorque, foi lançada uma terceira ronda de Enviados Especiais do Ministro que se apelidou de «cirúrgica» e que iria incidir nas capitais de alguns países, nomeadamente os EUA, os Estados Bálticos, os Estados da ex-Jugoslávia e Repúblicas da CEI, onde se revelava ainda ser necessário consolidar ou obter um valor acrescentado relativamente a diligências praticadas em momentos anteriores. Assim, a nível político, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, deslocou-se a Washington e o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Francisco Seixas da Costa, deslocou-se à Lituânia, Estónia, Bósnia e Croácia. A nível diplomático foram feitas diligências junto das autoridades do Cazaquistão, do Quirguistão e do Uzbequistão.

Paralelamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros continuava, tanto a partir de Lisboa, como de algumas capitais onde entretanto teve de se deslocar, a proceder a múltiplos contactos com ministros dos negócios estrangeiros de vários países. Na própria Cimeira UE/SADC, que entretanto teve lugar em Windhoek, manteve ainda encontros com diversos responsáveis políticos europeus e da África Austral.

Também na mesma altura, os Embaixadores residentes em Lisboa foram chamados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de lhes ser reiterado o pedido de apoio à nossa candidatura.

Estava assim totalmente mobilizada a máquina diplomática portuguesa. A pressão dos nossos adversários e respectivos apoiantes traduzia-se em campanhas diárias de desinformação e de intensa circulação de rumores de efeitos perversos que chegaram a ter eco em importantes órgãos da imprensa internacional. Mesmo assim, e apesar deste autêntico «frenesim», característico, aliás, dos últimos momentos que precedem eleições deste género, decidiu reforçar-se a postura de serenidade e de desdramatização, que desde o início caracterizara a nossa campanha, e dera a imagem de confiança e credibilidade à candidatura nacional.

A título de curiosidade, e como exemplo deste estilo, refira-se que, nos últimos dias que precederam as eleições, foi decidido realizar, em simultâneo, diversos almoços de trabalho com os representantes de Estados-membros da ONU (houve dias em que em quatro almoços separados se conseguiram reunir 40 a 50 Representantes Permanentes) cuja finalidade principal era obviamente a da promoção da candidatura. No entanto, deliberadamente evitou-se nessas ocasiões «massacrar» os nossos interlocutores com insistências de pedidos de apoio, procurando ao invés transmitir-se a ideia de que a nossa candidatura se encontrava numa dinâmica ganhadora e manifestando abertura para colaborarmos com todos os Estados da Organização caso fôssemos eleitos. Esta avaliação

do momento «psicológico», na véspera das eleições, veio igualmente a revelar-se correcta, na medida em que a atitude de diálogo e tranquilidade adoptada por Portugal foi de facto apreciada e valorizada pela maioria dos Estados-membros das Nações Unidas.

Eleição de Portugal

As eleições tiveram lugar na manhã do dia 21 de Outubro de 1996. A grande sala do Plenário das Nações Unidas fervilhava com a presença de inúmeros delegados e de público. Sentiu-se, desde logo, que se iriam viver momentos de grande emoção. Completado o primeiro escrutínio, a Suécia obteve um lugar no Conselho de Segurança, recolhendo 153 votos. Portugal conseguiu 112 votos e a Austrália 91 votos. Portugal, apesar da impressionante votação na Suécia, alcançara um excelente resultado: apenas a 9 votos da eleição e com mais 21 votos do que a Austrália.

Tínhamos, assim, como aliás se tinha previsto, que enfrentar um novo escrutínio. E, embora dispuséssemos de um avanço confortável, não ignorávamos que pairava um precedente perigoso registado nas eleições de 1992 o qual ainda poderia vir a funcionar contra a candidatura portuguesa. Com efeito, nessa ocasião, a Espanha, a Suécia e a Nova Zelândia disputavam duas vagas existentes para o Conselho de Segurança. A Espanha tinha sido eleita à primeira volta, tendo a Suécia registado melhores resultados no primeiro e segundo escrutínios que a Nova Zelândia. No entanto, a Suécia acabaria por perder a eleição para a Nova Zelândia no terceiro escrutínio, no quadro de uma lógica de distribuição geográfica dos votos, tendo sido prejudicada pelo facto de um outro país europeu – a Espanha – ter sido eleito em primeiro lugar.

Deste modo, e após a vitória sueca no primeiro escrutínio, Portugal encontrava-se, em 1996, numa situação de certo modo semelhante à da Suécia em 1992. De facto, tínhamos contra nós a linha de argumentação segundo a qual dois países do mesmo continente e ainda por cima dois membros da União Europeia não deverem ser eleitos em detrimento da Austrália, potência inserida na região Ásia-Pacífico, com perfil e popularidade indiscutíveis nas Nações Unidas.

Sabendo de antemão que este argumento tinha sido insistentemente utilizado, procurámos contrariá-lo com a devida antecedência. Com efeito, tinha havido o cuidado de repetidamente alertarmos os Estados-membros da onu para o facto de a verdadeira distinção entre os três candidatos não se encontrar apenas numa questão aparente ou formal da representatividade geográfica, mas também na representação de interesses dos países do Mundo em termos de equilíbrio Norte-Sul. Nesse sentido, defendemos que a nossa eleição viria a constituir factor acrescido de equilíbrio, de transparência e democracia para o Conselho de Segurança pois, caso dois países ricos e conceptualmente do «Norte» como a Austrália e a Suécia fossem eleitos, as deliberações do csnu não atribuiriam a atenção e o peso devidos aos problemas e interesses dos países do «Sul».

Os resultados da segunda volta vieram demonstrar que esta linha de argumentação havia sido bem acolhida pelos Estados-membros da onu. No segundo escrutínio, Portugal foi eleito para o Conselho de Segurança das Nações Unidas com 124 votos, tendo a Austrália recolhido apenas 57 apoios.

Análise dos resultados

São decorridos mais de seis meses desde essa magnífica vitória de Portugal, saudada, naquela manhã do mês de Outubro de 1996, com uma estrondosa ovação de todos os presentes no Plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O distanciamento dos acontecimentos é, contudo, ainda reduzido para uma análise aprofundada não só do conjunto de factores que levaram ao sucesso da campanha mas, igualmente, de todas as suas possíveis implicações em termos da política externa portuguesa. O objectivo deste trabalho não poderia, por conseguinte, ir além do sublinhar de alguns elementos que possam conduzir a uma melhor compreensão do trabalho que se realizou ao longo de quase três anos e que mobilizou a máquina diplomática portuguesa. Em todo o caso, uma primeira análise dos resultados poderá levar a concluir que:

- O continente africano votou quase em bloco na candidatura portuguesa, o mesmo podendo dizer-se dos países do mundo árabe;
- Muito importante e significativo foi também o apoio de três dos Membros Permanentes do csnu: a França, a China e a Rússia;
- Portugal contou igualmente com um forte apoio dos Estados da América Latina, bem como dos Estados da Europa Central e do Leste;
- Relativamente ao continente asiático, onde a nossa posição era, à partida, menos favorável, obteve-se um resultado razoável, verificando-se até em alguns casos autênticas surpresas pela positiva, especialmente no segundo escrutínio; e,
- O Grupo Ocidental, no qual Portugal está inserido foi, paradoxalmente, aquele onde não se obteve um resultado que, teoricamente, quanto mais não seja por dever de solidariedade, estaria ao nosso alcance. Terá sido o grupo em que com mais influência se terá feito sentir a «coligação» Austrália-Suécia.

A Austrália e a Suécia terão efectivamente «jogado» forte junto dos nossos parceiros e aliados no precedente de 1992, em que a Nova Zelândia bateu a Suécia no quadro de uma lógica de distribuição geográfica dos votos.

Terão ainda os nossos parceiros e aliados sido sensíveis à ideia posta a correr pelas máquinas diplomáticas australiana e sueca de que, com a mudança do Governo em Portugal em 1995, teriam surgido hesitações senão mesmo reticências, em prosseguir-se com a campanha para o csnu.

Outro argumento utilizado desde muito cedo e de forma sistemática pelos australianos e suecos (utilização que, aliás, não se limitou aos países do Grupo Ocidental) foi a de que Portugal estava a reclamar um «excessivo protagonismo» na esfera das Nações Unidas, ao ambicionar um lugar no csnu e ao mesmo tempo a Presidência da 50.ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A Suécia e alguns outros países nórdicos chegaram mesmo a insinuar que, aquando da escolha do candidato à Presidência da Assembleia Geral, teria havido um acordo segundo o qual Portugal se teria comprometido a retirar a sua candidatura ao csnu. Valerá a pena recordar os aspectos principais da candidatura de Freitas do Amaral.

Nas eleições para os vários órgãos das Nações Unidas, os países que fazem parte da Organização estão divididos por cinco Grupos regionais: o Grupo Africano, o Grupo Asiático, o Grupo dos países da América Latina e Caraíbas, o Grupo da Europa de Leste e o Grupo Ocidental e de Outros Estados.

No ano de 1995, a Presidência da 50.ª agnucabia ao Grupo Ocidental, tendo dois países, a Finlândia e Portugal, apresentado as respectivas candidaturas. A Finlândia escolheu como candidato o seu Representante Permanente nas Nações Unidas e Portugal apresentou a candidatura de Freitas do Amaral. Havendo dois candidatos para uma vaga, a Finlândia e Portugal, depois de complexas negociações, acordaram em submeter-se ao resultado de consultas a realizar pela Presidência do weog. Tendo aquelas consultas revelado larga maioria a favor do candidato português, a Finlândia viu-se forçada a retirar a respectiva candidatura com base no compromisso anteriormente assumido e não em função de quaisquer futuras candidaturas, nomeadamente a desistência da nossa candidatura ao csnu. A escolha do candidato à Presidência da 50.ª agnu foi, deste modo, resolvida internamente no âmbito do Grupo Ocidental, que decidiu endossar Freitas do Amaral, limitando-se a Assembleia Geral a confirmar aquele endosso.

De assinalar, por outro lado, que o mandato do Presidente da Assembleia Geral é independente e limitado a um ano, que neste caso ia de Setembro de 1995 a Setembro de 1996. A candidatura ao csnu era para o biénio 1997/1998, não coincidindo portanto temporalmente com a Presidência da 50.ª agnu, nem sequer no momento da eleição.

Relativamente aos que argumentavam que a candidatura ao csnu seria prejudicada por já termos a Presidência da 50.ª agnu, o inverso viria precisamente a confirmar-se. De facto, a forma exemplarmente isenta, independente e dinâmica como Freitas do Amaral desempenhou o seu mandato, num período chave da vida das Nações Unidas, veio a revelar-se importante factor para a imagem da nossa candidatura ao csnu. O seu desempenho, largamente elogiado pela maioria dos Estados-membros da Organização, tornou-se num símbolo ou exemplo de como Portugal poderia vir a actuar no Conselho de Segurança. Foi essa a mensagem que se procurou sublinhar aos nossos interlocutores, no respeito integral pela independência que norteou todo o mandato de Freitas do Amaral. Assim, para além de ter contribuído para uma maior projecção e visibilidade externa do país, o mandato de Freitas do Amaral conferiu credibilidade acrescida à candidatura portuguesa ao csnu.

No que respeita aos nossos concorrentes importa sublinhar o pesado custo que o resultado teve para a imagem e prestígio internacionais da Austrália (único país que reconhece formalmente a anexação de Timor-Leste). Aliás, os reflexos profundos do desaire australiano em termos da sua própria política interna são significativos: inquérito exigido ao Governo pelo Parlamento e redefinição, ainda em curso, de importantes aspectos e objectivos da sua política externa. A imprensa australiana fez amplo eco da humilhação e das incertezas sentidas, não só ao nível do executivo e do parlamento mas, também, da opinião pública em geral, que se interrogou seriamente sobre os objectivos e métodos da política externa australiana. Uma política externa conduzida, nem sempre, de forma subtil, e determinada a obter, a qualquer custo, sucessos e vantagens a curto prazo. Tais características que, aliás, mais não constituirão do que reflexo da continuada procura por aquele país de uma identidade própria (país asiático «versus» país ocidental, país do Norte «versus» país do Sul, etc...), sobressaíram, mais do que nunca, com a derrota na corrida ao csnu.

Ao invés da Austrália, a Suécia saiu da campanha com o seu prestígio internacional inequivocamente reforçado. A amplitude da sua vitória demonstrou plenamente o reconhecimento da Comunidade Internacional pela seriedade e coerência dos objectivos da sua política externa. Igualmente, e ao invés da Austrália, a campanha sueca foi

conduzida com grande perícia, prudência e visão estratégica sob a orientação de um grande diplomata, o Secretário de Estado Eliasson.

Conclusões

A análise dos resultados constitui desde logo confirmação de que Portugal, nação europeia, é vista pelos restantes Estados da Comunidade Internacional como um país de clara vocação universalista e com afinidades profundas com os restantes continentes. Terá ficado, assim, consolidada a nossa posição privilegiada de país charneira entre o Norte e o Sul, bem como a ideia de que a integração europeia e o reforço do relacionamento com outras áreas do globo são objectivos complementares da nossa política externa, que se reforçam mutuamente e que avançam em paralelo.

No que toca à dimensão bilateral, será de sublinhar um dado interessante decorrente, em larga medida, da candidatura portuguesa ao csnu. Ao longo da campanha, Portugal procedeu ao estabelecimento de relações diplomáticas com um conjunto de países relativamente aos quais nunca se havia planeado esse passo.

Em 1990, Portugal tinha relações diplomáticas com 132 países e, em finais de 1996, esse número ascendia a 186. Isto significa que, num espaço de seis anos, se estabeleceram relações diplomáticas com 54 países. Estes incluíram, para além dos novos Estados emergentes da desintegração da ex-União Soviética e da ex-Jugoslávia, vários países do continente africano, vários da Ásia, bem como das Caraíbas e da região Ásia/Pacífico. Deste modo, temos hoje relações diplomáticas com todos os Estados-membros das Nações Unidas, excepto a Indonésia, o que ilustra bem o nosso bom relacionamento externo e a inexistência de fricções com praticamente todos os países que constituem a Comunidade Internacional.

Por outro lado, os contactos que foram mantidos com estes Estados, no decurso da campanha, permitiram-nos iniciar ou aprofundar relações em vários domínios numa óptica de diversificação do nosso relacionamento externo.

Outro elemento importante na eleição de Portugal para o csnu traduziu-se no apoio activo que obtivemos de vários países à promoção da candidatura portuguesa. Neste contexto, deverá, desde logo, salientar-se o apoio prestado pelo Brasil e pelos países Africanos de Expressão Portuguesa, traduzido numa acção concreta da cplp, através duma eficaz coordenação político-diplomática entre os Sete na onu. Contámos igualmente com o valioso apoio de outros países em todos os continentes e regiões do Mundo, sem o qual a nossa eleição teria sido certamente muito mais difícil de alcançar. De salientar a importantíssima acção desenvolvida pela Espanha e pela Turquia em prol da candidatura portuguesa.

Sublinha-se, por último, o facto de que a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas representará o ponto de maturidade na estratégia desenvolvida para a progressiva afirmação do papel do nosso país no plano multilateral. Poderá dizer-se que a mesma tem produzido excelentes resultados, e de que são exemplos a eleição para a Presidência da 50.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a eleição do Embaixador Cutileiro como Secretário-Geral da União da Europa Ocidental e a designação de um oficial general português para o comando duma força de manutenção de paz das Nações Unidas, a minurso no Sara Ocidental. A Presidência da ueo no primeiro semestre de 1995 e a recente realização da Cimeira da osce em Lisboa inserem-se igualmente nesse objectivo, o mesmo se podendo afirmar em relação à realização no

nosso país da Ministerial da nato, em Maio deste ano, e da Cimeira Ibero-Americana, prevista para 1998.

A candidatura de Portugal ao csnu assumiu a dimensão de um projecto nacional. Ao levar-se a eleição a bom termo cumpriu-se plenamente um objectivo e executou-se com rigor uma estratégia. O exercício teve em si mesmo um carácter profundamente dinamizador alargando as perspectivas da acção externa portuguesa. Em suma, a eleição para o Conselho de Segurança, ao colocar Portugal mais uma vez num dos principais centros de decisão da política internacional, traduziu o reconhecimento da justeza das linhas de força que têm norteado a política externa portuguesa, centrada em valores de afirmação e independência e assente na sua vocação universalista de diálogo a partir de um espaço geoestratégico bem definido.